

**Solidariedade como o espaço da transição:
uma análise crítica da Economia Solidária a partir de Karl Marx**

Marlene Grade
Prof. Dpto. Economia da UFRR
mcmarlene@uol.com.br

Resumo: Os homens produtores diretos hoje não encontram mais possibilidades de se reproduzir como força produtiva ao capital. Degeneram-se em função da impossibilidade de retorno a formas passadas de produção da existência, e uma imensa massa de riqueza confronta-se-lhes. Para superar essas contradições os homens lutam e essas lutas tem se evidenciado no Brasil como Economia Solidária. Expressam tão somente e singularmente os limites à reprodução dos homens como capital. O espaço em construção é o espaço da transição que encontra na solidariedade seu nexo possível.

Palavras-chave: degeneração; transição; solidariedade.

ABSTRACT: The direct man producers do not find more possibilities to reproduce themselves as productive power to capital today. They degenerate themselves according to the impossibility to return to past existence production ways and to an immense wealth mass that confront them. To overpass these contradictions men fight and these fights have been evidenced in Brazil as Solidarity Economy. They express only and singularly the limits to men's reproduction as capital. The space in construction is the transition space that finds in solidarity its possible nexus.

Key-words: degeneration; transition; solidarity.

Introdução

Em todas as sociedades o homem tem de se produzir e o faz atuando nas condições que encontra à sua disposição, legadas pelas gerações que o precederam e ao atuar nelas, as modifica ou as perpetua. Na sociedade burguesa, a produção material da vida, as condições dadas estão determinadas pelo capital que produz relações sociais que lhe são condizentes. O grau de seu desenvolvimento historicamente determinado é nosso ponto de partida, assim como para Marx (2004, p.80),

nós partimos de um fato nacional-econômico, presente. O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral.

O ponto de partida de Marx é insuficiente para nós hoje, pois os homens não conseguem nem mesmo desvalorizar-se. Entretanto, o que é de fato o ponto de partida para Marx? É que a riqueza na sociedade burguesa está concentrada e centralizada nas mãos de poucas pessoas enquanto a grande maioria da população se transforma em miserável mercadoria. Essa é a realidade

no tempo de Marx, isto é, em 1844. E essa é a realidade de hoje? Nós diríamos que essa formulação de Marx é insuficiente para se apreender a realidade da atualidade, porque a riqueza hoje está concentrada e centralizada nas mãos de pouquíssimas famílias, principalmente na forma de riqueza abstrata - que muitos concebem como “capital financeiro” - por um lado; por outro, os homens produtores de riqueza não mais conseguem nem sequer serem produtores de riqueza. Nesse sentido, a história dos trabalhadores sob o modo de produção capitalista é parecida com a cana de fazer açúcar quando no engenho se transforma em caldo e bagaço. Subtraído o caldo da cana, o bagaço é jogado fora - como resíduo - e quando muito é reutilizado em fornos para aquecimento de caldeira. A questão de nosso tempo é que os homens que não dispõem da propriedade dos meios de produção não mais conseguem ser nem mesmo a cana, isto é, trabalhadores. Em não conseguindo ser trabalhadores, já não se transformam em bagaço.

A desvalorização do homem trabalhador é fato empírico já observado por Marx: o homem desvalorizava-se à condição de mercadoria enquanto a riqueza valorizava-se em si e para si. É, também, fato empírico, a virtuosidade do mundo burguês: a união dos homens para produzirem a sua existência, “esta especificidade das relações sociais burguesas faz dela uma virtuosidade da humanidade, pois é o elemento mais desenvolvido que a humanidade engendrou no processo da constituição do ser social” (AUED, 2002, p.36).

A diferença da época de Marx ao início do século XXI é que no espaço atual da humanidade o que o modo de produção capitalista tem explicitado como universalidade, que se manifesta distintamente em cada lugar, é o tempo em que uma parcela da humanidade não mais consegue se reproduzir nem individual e nem socialmente, ou seja, o tempo presente é a degeneração acelerada das relações sociais burguesas, o que faz com que compreendamos ser ele (tempo presente) o avanço da pesquisa, o desvelar dos caminhos possíveis para a superação da sociedade atual e a produção de uma outra superior à presente (AUED, 2002, p. 37). Nesse sentido é o trabalho presente (vivo) que deve ser estudado, sendo ele nosso ponto de partida e de chegada, pois sem ele o trabalho passado não se efetiva, dissolve-se no ar.

As premissas de que partimos não constituem bases arbitrárias, nem dogmas; são antes bases reais de que só é possível abstrair no âmbito da imaginação. As nossas premissas são os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de existência, quer se trate daquelas que encontrou já elaboradas quando do seu aparecimento quer das que ele próprio criou. Estas bases são, portanto verificáveis por vias puramente empíricas. (MARX e ENGELS, 1974, p.18)

À proporção que o processo de valorização da riqueza se faz pela centralização do capital e que, ao mesmo tempo, produz a desvalorização do homem, a história evidencia que o modo de produção capitalista não mais consegue engendrar as condições sociais para a reprodução dos seres humanos, como o vinha ocorrendo até então. Assim sendo, resta aos homens duas alternativas: ou retornar às formas antigas de se produzir vida humanamente aceitável, tais como camponeses,

artesões, escravos ou então, construir uma outra que seja capaz de os homens nela viverem adequadamente (AUED, 2004).

A primeira das alternativas não tem sido aquela que o homem tem buscado para solucionar as contradições engendradas pelo modo de produção capitalista, visto que todos os meios de produção materiais da vida já se constituem em propriedade privada dos capitalistas, além de que, com o desenvolvimento da base técnica, elas só podem ser operadas em comum, coletivamente, e não mais individualmente. O trabalho social as superou. É o caso da eletricidade na atualidade, produzida em grandes unidades industriais que só podem ser operadas em comum (coletivamente), e cuja propriedade é privada (idem).

A segunda solução ainda se encontra aberta à ação humana, isto é, constitui uma possibilidade à disposição daqueles que não mais encontram na sociedade burguesa as condições para viver. Assim é que,

o nexos, a mediação e a relação entre o modo de produção capitalista e uma sociedade que a substituirá, que é a sociedade do vir-a-ser. O nexos, a mediação e a relação estão no ato teleológico engendrado pela sociedade burguesa, porém com um conteúdo singular. Enquanto na sociedade burguesa o ato teleológico se objetiva na valorização do capital, na transição para uma outra sociedade, o ato teleológico será o de objetivar o homem como homem humanizado, universal. Isto é, o homem como produto consciente do próprio homem. (AUED, 2005, p.38)

Emerge assim uma questão: como os homens desvalorizados, no e pelo modo de produção capitalista, adquirem a consciência para a construção teleológica de uma outra sociedade, na qual o seu pressuposto e resultado consciente será o próprio homem, para além do homem trabalhador, o homem humanizado?

Não basta somente que a desvalorização ocorra para que o homem adquira consciência automática da impossibilidade de produzir a sua existência nas condições historicamente dadas. É necessário que a força produtiva do trabalho social tenha alcançado um grau de desenvolvimento tal que não mais pode ser operada individualmente ou localmente, que se manifeste como universalidade histórica, em que todos os homens estejam em contato uns com os outros e a que “a vida de cada um passe a ser questão de todos e que a vida de todos dependa da práxis de cada um” (AUED, 2005 p.39). De tal forma que quando esta universalidade histórica é alcançada, a riqueza material para satisfazer as necessidades de todos os homens é um fato histórico que molda a vida dos seres humanos. Assim se fazendo, a riqueza material universal defronta-se com o homem produtor direto e ele não pode dispor dela porque é propriedade privada de outrem. O homem produtor direto rebela-se contra a sua condição por não poder acessar a riqueza socialmente produzida. Desvinculado do produto do trabalho da sociedade, tem dificuldades de reproduzir-se, “mesmo como animal”. Assim, “desprovido de toda exterioridade, material e espiritual, sobra-lhe somente a vida a ser efetivada; porém, para efetivá-la, é necessário alimentar-se, habitar algum lugar, vestir-se, enfim, reproduzir-se biologicamente, para se igualar a qualquer animal” (Idem). E,

mesmo para conseguir essas mínimas condições para se reproduzir, a vida torna-se um tormento. Assim, defrontando-se “com esta impossibilidade [histórica] de efetivação de sua vida que ele reivindica a participação ao direito à existência. Ao reivindicar esse direito, ele só poderá fazê-lo modificando as condições dadas” (Idem), apenas pode fazê-lo movido pela razão que é a produção de sua própria vida, e não mais a do capital. O ato teleológico para ele é que a ação do presente é criar esse processo de engendrar-se como homem vivente.

A solidariedade como expressão de uma consciência em germinação

Essas lutas têm se evidenciado no Brasil como Economia Solidária. Espaço no qual buscamos responder a questão: nesses experimentos sociais há elementos que possam nos indicar a superação do modo de produção capitalista, ou seja, elementos transitórios, à luz das formulações de Karl Marx? O que há de novo? Uma vez que partimos do pressuposto de que não há somente degeneração, há também positivities, onde busca-las? Quais sejam? Buscamos evidenciar o conteúdo da Economia Solidária, como experimentos dos homens produtores diretos para além das condições dadas.

Na explicitação de nossa resposta privilegiamos as formulações sobre a Economia Solidária do Professor Paul Singer que traz à luz a luta dos homens trabalhadores na superação da sociedade burguesa.

Partimos do pressuposto de que os homens, nesta sociedade, têm duas formas limites de produzirem sua existência: ou a produzem com o próprio trabalho, como fonte de sua propriedade privada ou com o trabalho dos outros homens. Entre eles há infindáveis combinações possíveis (AUED, 2005).

A propriedade privada, antítese da propriedade coletiva, social, só existe quando o instrumental e as outras condições externas do trabalho pertencem a particulares. Assume caráter diferente conforme esses particulares sejam trabalhadores ou não. Os matizes inumeráveis que a propriedade privada oferece à primeira vista refletem apenas os estados intermediários que existem entre esses dois extremos, a propriedade privada de trabalhadores e a de não-trabalhadores (MARX, 1985, p.879, l.1, v.2).

A sociedade burguesa universaliza a cooperação humana, como fundamento material de sua organização social e, constitui-se em uma sociedade na qual os meios de produção só podem ser operados em comum. Paradoxo burguês, enquanto a produção se faz de forma social, a apropriação processa-se privadamente de forma fetichizada, como salário, lucro/juro, renda da terra (MARX, 1974a, p.267-68).

Os elementos materiais engendrados na sociedade burguesa, primeiro como manufatura, depois como grande indústria moderna, objetivam a união dos homens, portanto são formas singulares de produção da existência humana, como ser social plenamente constituído, ainda que

burguês: “são o nexo, a mediação e a relação de gerações após gerações que explicitam as condições de os homens produzirem sua existência para além das condições dadas” (AUED, 2005, p.30). Nelas é que se engendram os elementos da superação desta sociedade, nelas é que “a natureza humana está se universalizando, isto é, está se constituindo no princípio organizador da existência humana plenamente desenvolvida, independentemente dos desejos e vontades dos próprios homens” (AUED, 2005, p.32).

Assim é que o mundo burguês, para além da exploração, constitui-se como o espaço no qual o homem, ainda que contraditoriamente, constitui-se como ser social, e vai “se fazendo consciência de que sua existência social é produto de sua própria atividade criativa” (AUED, 2004, p.7).

O novo só pode nascer a partir do velho, porém em suas entranhas. O novo só pode emergir a partir do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, sem esse nexo, a escassez e a miséria impediriam a sua constituição. A construção da sociedade comunista-socialista não é dada pela miséria produzida pelo modo de produção capitalista. Assim é que buscamos apreender na Economia Solidária os elementos que se constituem em processo de desalienação humana, da emancipação humana, ainda que contraditoriamente, visto que se faz ainda sob o velho mundo burguês. O que afirmamos - sendo outro de nossos pressupostos - é que nenhuma sociedade ao se constituir incorpora os elementos, isto é, homens reais historicamente determinados, da sociedade anterior. Partimos do pressuposto que o homem burguês não nasceu nas sociedades pré-capitalista, mas foi criado pela própria sociedade capitalista. Dessa formulação concluímos, do mesmo modo, que os homens comunista-socialistas não nascerão da sociedade pré-comunista-socialistas, mas serão produtos da própria sociedade superior à capitalista. Ao se construir a sociedade comunista-socialista, um de seus elementos será o próprio homem, que lhe corresponde e a define historicamente. O homem comunista-socialista não nascerá da fábrica capitalista e nem dos homens que têm ideologia fundamentada no modo de produção capitalista. Tal formulação nos indica, então, a necessidade de uma ruptura histórica para se apreender a natureza dos agentes que programar o caminho da construção de uma sociedade comunista-socialista. (Ibid, p.5)

Em vista do elevado grau de concentração e centralização do capital, da composição orgânica do capital modificar-se constantemente sob o modo de produção capitalista, expulsando os homens do processo produtivo, produz-se a abundância de riqueza em escala nunca antes imaginada e a miséria para uma legião cada vez mais ampliada de homens. Em que os elementos dessa totalidade burguesa se perpetuam e se abrem para novas soluções, pois os homens produtores diretos ao se auto-criarem, nas condições legadas pelos seus antepassados, buscam condições materiais para se perpetuarem como homens viventes. Porém, ao fazê-lo, efetivam-se somente degenerativamente, questão já assimilada como consciência pelos homens trabalhadores, que já se sabem empobrecidos, esgotados, degenerados. Seu trabalho criativo, sua práxis presente, vai

encontrando caminhos, mediações, nexos que o efetivam como ser vivente ao mesmo tempo em que perpetuam as condições legadas pelas gerações passadas e constroem outras que os diferenciam delas. Isto é, a perpetuação das condições dadas efetivam o homem como ser degenerado e os homens as transformam, moldam, recriam aquelas condições em elementos novos para se auto-criarem sem ser degenerativamente. Em nosso entendimento esse caminho em construção, para além das condições dadas, vem se explicitando, no Brasil, como Economia Solidária.

Entendemos a solidariedade como construção dos homens produtores diretos, em uma práxis histórica determinada, sob o modo de produção capitalista, portanto, em que, no próprio capital engendram-se elementos para superação de sua própria alienação (MARX, 1991, p.507-09). Trata-se de uma construção real, empírica, atual, dos homens trabalhadores, alienados no e pelo capital, na produção de sua vida material, superando sua alienação. Não estamos afirmando que ela é forma da sociedade de novo tipo, mas sim, e tão-somente, que apresenta características e uma estruturação que o sindicato, o partido político, as associações, não conseguem explicar. Suas lutas ultrapassam a luta por salário, por emprego, por melhores condições de trabalho, por aposentadoria, pelo domínio do poder, principalmente o estatal, etc. Eles ultrapassam a condição da fábrica, do processo de trabalho. São formas de se organizar na sociedade que ainda são estudadas, mas que nos indicam possibilidades de novo, do vir-a-ser.

A construção, negação e superação das condições dadas, no capital, pelos homens produtores diretos, adquire a forma de solidariedade, expressando-se como consciência. Neste aspecto, entendemos a solidariedade como espaço transitório na construção de uma nova forma de produção da vida, para além das condições dadas pelo capital. A solidariedade vem assim, constituída como uma práxis que emerge a partir das experimentações dos homens produtores diretos tecendo-se em homens humanizados, hoje. Solidariedade como práxis, ato produtivo como ato criador do espaço. Assim a Economia Solidária é a experimentação de uma produção material e social efetivada pelos homens produtores diretos, sob o modo de produção capitalista. Na medida em que a “estrutura vital da sociedade” socializou-se nas formas de sociedades anônimas, cooperativas industriais, fundos de investimento, empresas estatais, fundos de pensões, etc., assim, a Economia Solidária está para além dessas formas de organização social por submeter ao “controle consciente e planejado” a produção da riqueza e portando dos próprios homens, do ser social, como obra de homens associados, ainda que subsumido ao mundo do capital em degeneração. Explicita-se neste nexos seu conteúdo transitório.

A Economia Solidária é assim um processo superior, da superação da alienação humana. Marx (1994, p.88), explica que,

a estrutura do processo vital da sociedade, isto é, do processo da produção material, só pode desprender-se do seu véu nebuloso e místico, no dia em que for obra de homens livremente associados, submetida a seu controle consciente e planejado. Para isso, precisa a sociedade de uma

base material ou de uma série de condições materiais de existência, que, por sua vez, só pode ser o resultado natural de um longo e penoso processo de desenvolvimento.

Frisamos assim, que a Economia Solidária não é uma busca ou uma possibilidade futura de um ideal a ser conquistado, mas algo que se produz no próprio processo de produção, como ser social engendrado pelo capital, na materialidade dos homens hoje, explicitada como desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social é a manifestação contraditória das contradições próprias do modo de produção capitalista.

Economia Solidária: recriando o espaço anticapitalista no Brasil

Os fios da história nos quais vêm se destacando a superação da ordem burguesa são apresentados por muitos estudiosos como Economia Solidária. Em busca dessa apreensão, no Brasil, destaca-se o professor da Universidade de São Paulo (USP), Paul Singer, o principal formulador, estudioso e militante incansável desta temática. Outros também têm pesquisado a cerca desta questão, mas não serão objeto desse artigo.

Singer na busca pela compreensão do significado das lutas históricas anticapitalistas dos homens produtores diretos, concebe-as como a história do desenvolvimento de um “novo modo de produção”, alternativo ao capitalismo, materializado no que se tem chamado de Economia Solidária. Homens que na empiria se tecem em luta para ultrapassarem o seu processo de desvalorização como força produtiva do capital e que se fazem como *seres viventes*, no Brasil, hoje. Este fato explica porque o elegemos como nosso principal interlocutor na apreensão do que se tem evidenciado como Economia Solidária.

Ao apreender as lutas históricas dos homens produtores diretos contra o capital, como desenvolvimento de um “novo modo de produção”, para Singer torna-se importante tecer todos os seus momentos, desde sua origem, na Grã-Bretanha, no século XVIII, para evidenciar os elementos que delas emergem como sendo “implantes socialistas nos poros do capitalismo”.

Como para Singer (1988, 2000, 2002) essas lutas são já um “novo modo de produção”, necessário se faz situá-lo desde sua primeira evidência empírica, mostra-se neste aspecto a importância em Singer, de recuperar o processo histórico dessas lutas, já tendo como dado nelas a Economia Solidária, como “novo modo de produção”. Vai ele, portanto apreendendo-o historicamente.

Portanto, em Singer, a recuperação da história das lutas dos homens produtores diretos, dá-se para afirmar a apreensão da constituição de um “novo modo de produção”. Assim, parece-nos que não visualiza o processo histórico da socialização humana fazendo-se, ainda que sob o capital. Ou seja, o homem emancipando-se, construindo-se como homem humanizado, processo no qual, também a alienação amplia-se em escala ascendente, desfazendo-se.

Parece-nos que Singer não visualiza o modo de produção capitalista como um processo histórico em constante negação e superação de si mesmo, através da destruição de todas as formas individuais de produção da existência humana e construção de formas sociais, coletivas como um processo que vem marcando justamente essa passagem histórica: a superação do homem individual e a construção do homem social. Ou seja, é no modo de produção capitalista que o homem, como ser social, está posto como universalidade humana, embora ainda incompleta.

Em Singer, as forças produtivas estão dadas como elementos prontos, não se fazendo necessário explicitar seu processo de constituição, como um processo de socialização entre os próprios homens, portanto como afirmação, negação e superação do próprio capital.

De tal forma que o modo de produção capitalista, constitui-se, o espaço, no qual, também “as formas vitais desta sociedade” transformam-se em sociais. É neste bojo que Marx (1991), situa as “sociedades anônimas” e as “fábricas cooperativas de trabalhadores”, como formas que, no modo de produção capitalista, evidenciam a sua negação e a sua superação. Descreve-as como “formas de transição entre o modo capitalista de produção e o modo associado”.

Assim é que Singer ao não explicar no próprio modo de produção capitalista a passagem da propriedade privada individual em propriedade social, não percebendo as “fábricas cooperativas de trabalhadores” como um processo histórico do capital transmutando-se em social (abolindo a si mesmo, ou seja, como forma transitória, mas como um “novo modo de produção”), as situa como ponto de chegada, o ideal a ser construído através da luta dos homens produtores diretos. Para ele, nas cooperativas está posto o esgotamento da relação de propriedade privada, ou seja, nelas o capitalismo está superado, uma vez que se eliminou o “antagonismo entre capital e trabalho” (SINGER, 2000). E nelas a solidariedade aparece como fator produtivo e como uma relação entre pessoas e não como um nexos possível dos homens produtores diretos efetivarem-se como seres viventes, uma vez que, nesta transmutação do capital em capital social, os homens como fatores produtivos, cada vez mais, tornam-se uma desnecessidade histórica, e para se manterem em existência, lutam, rebelam-se contra aquelas condições.

Paul Singer e a constituição de “novo modo de produção”

Conforme já frisamos, Singer reconstrói a história das lutas dos homens produtores diretos observando nela os elementos de um “novo modo de produção”, mas não como processo histórico do próprio capital transmutando-se em social. Situa-a, logo após a Revolução Industrial Inglesa (século XVIII) onde a Economia Solidária, tal como se manifesta hoje, mostra seus primeiros contornos de forma que “o desenvolvimento de modos de produção socialistas em formações sociais capitalistas já está ocorrendo há mais de 200 anos” (SINGER, 1998, p.10). Nasceu como reação ao empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão da maquinaria e da organização

fábrica da produção, na Grã-Bretanha. Naquela época, a exploração do trabalho não tinha limites legais e ameaçava a vida biológica da classe proletária: eram em massa as expulsões de camponeses dos domínios senhoriais que se transformavam em proletários e também a presença de crianças que cedo iniciavam sua vida de trabalho nas indústrias (SINGER, 2002a, p.24).

A classe trabalhadora atingida em sua base existencial procurou contrapor-se ao avanço do modo de produção capitalista, opondo-se ao uso da maquinaria e desenvolvendo outras formas de organização da produção como o cooperativismo. A luta de classes dava-se em forma de insurreições súbitas em vista da ameaça da fome e da miséria e o único movimento que assumiu maior proporção e possuía alguma organização foi o dos “luddistas”. A oposição da classe trabalhadora ao industrialismo, como luddismo, representou a oposição reacionária ao capitalismo, a busca pela reconstituição dos elos com o passado feudal. Acabou provavelmente por desaparecer nos anos vinte do século XIX, quando uma parcela significativa do movimento operário converteu-se ao “owenismo”, o qual significava um avanço para o futuro (SINGER, 1998, p.68-72).

Desta forma, a partir de 1820, a classe trabalhadora industrial britânica – espaço onde ela estava em constituição – defrontou-se com o modo de produção capitalista, abandonando a luta contra o progresso técnico e passando à busca pela construção de uma outra possibilidade, engajando-se “em outra utopia, a da construção de um novo mundo à base das novas forças produtivas, mas em que a cooperação e a igualdade tomem o lugar da competição e da exploração” (SINGER, 1998, p.73). Em vista destas questões, apontadas no início do século XVIII por Owen, é que a Economia Solidária, hoje, para Singer, aproxima-se do movimento owenista.

Da experiência entre o owenismo e o movimento da classe trabalhadora britânica, Owen visualizou a possibilidade de que os trabalhadores poderiam ser os sujeitos de sua própria emancipação, transformando a sociedade existente em uma sociedade socialista com a tomada da indústria e a sua autogestão cooperativa (SINGER, 1998, p.96).

Ainda em seu berço, sintetiza Singer (2002a, p.33), o cooperativismo já se mostrava como um modo de produção alternativo ao capitalismo. Este projeto de Owen equivalia ao que mais tarde chamou-se de República Cooperativa, objetivando que o movimento operário organizado a patrocinasse. Singer (idem, p.35) sugere chamar esta fase inicial de “cooperativismo revolucionário”.

É dos autores clássicos do “Socialismo Utópico” como Saint-Simon, Owen e Fourier que o cooperativismo recebeu inspiração fundamental e os praticantes da Economia Solidária foram abrindo caminhos “pelo único método disponível no laboratório da história: o da tentativa e erro” (SINGER, 2002a, p.38).

Os experimentos da classe trabalhadora como o “owenismo” e o “cartismo” acabaram por fracassar, pois “até meados do século XIX, as instituições anticapitalistas, criadas pelo movimento

operário, tinham em geral existência precária” (SINGER, 1998, p.99 e 2003, p.119). Por volta do ano de 1844 renasce o movimento operário na forma de “Cooperativismo de Consumo”, com a fundação da “Sociedade dos Pioneiros”. Tendo por motivação, embora indireta, uma longa greve de tecelões em Rochdale, cidade industrial próxima a Manchester, ao norte da Inglaterra, 28 trabalhadores de ofício, a grande maioria tecelões, metade deles owenistas, fundaram uma cooperativa de consumo: “A cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale” era considerada “mãe de todas as Cooperativas” (SINGER, 2002a, p.39-40; SINGER, 1998, p. 99-106 e SINGER, 2003, p.117-122).

Assim, toda a resistência e luta dos homens produtores diretos para Paul Singer (1998, p.115-133) não se reduziram a meras reformas do capitalismo, são elas expressões de um outro modo de produção. Ele vê a democracia, o sindicalismo, a seguridade social e as cooperativas como implantes socialistas no interior do próprio capitalismo que modificam o seu funcionamento. Estas conquistas resultam de lutas e construções do movimento operário em nível mundial, todos os trabalhadores, portanto, beneficiam-se delas.

É o fracasso de experimentos coletivistas os quais se inspiraram em Marx que levam as “vítimas da revolução social capitalista”, hoje, de volta ao ponto de partida, explica Singer (1998, p.109). Para Singer, a primeira reação dessas “vítimas” que se faz possível generalizar, levando em conta a história, é a “formulação de um projeto social alternativo ao capitalismo, em que se combinam as novas forças produtivas com relações sociais de produção concebidas para superar a exclusão social e suscitar uma repartição equânime da renda e, portanto, dos ganhos decorrentes do avanço das forças produtivas” (p.109).

Uma segunda reação passível de generalização foi a luta por direitos políticos, isto é, a luta pela democracia. Para isto, Singer (1998, p.110) espelha-se na luta pela reforma parlamentar e pelo direito a votar e a ser votado, travada no século XIX e começo do século XX. No entanto, esta luta não estava subordinada a um projeto de conquista do poder pela classe operária, mas era vista como um meio de conter e, até um certo ponto, de reverter as tendências destrutivas e concentradoras do capitalismo¹. Principalmente após a Revolução Socialista Russa, a luta pelo poder predominou como a possível alavanca de transformação revolucionária. Entretanto, hoje o que volta a prevalecer nos movimentos anticapitalistas é a tese de que a democracia é parte integrante de projetos de superação da sociedade capitalista e que através do Estado democrático, por um ato de vontade

¹ Para Singer, o capitalismo apresenta tendências destrutivas e concentradoras. Como tendência destrutiva ele explica “(...) a revolução industrial, ao mesmo tempo [em] que incorpora grande número de ex-camponeses expulsos de suas propriedades, exclui da produção social todos os que antes se achavam ocupados em produzir com o uso da tecnologia que a revolução industrial vai suplantando. É a isso que denominamos *tendência destrutiva do capitalismo*” (Singer, 1998, p.117). Por tendência concentradora: a razão fundamental da concentração é a propriedade privada do capital que é agravada pelo direito à herança. “No livre mercado, quanto maior o capital do jogador, maiores são as probabilidades de ganho. O que o capitalista vende aos outros não é o resultado do seu labor, mas os “serviços” do seu capital, cuja utilidade é proporcional ao seu ganho (...) quanto maior o valor da propriedade, tanto maior é a parte da renda social ganha pelos proprietários, que têm a inclinação e a possibilidade de acumulá-la” (SINGER, 1998, p.116).

política de qualquer partido no poder, não se pode comandar a sociedade para a construção do socialismo.

Também em relação à luta política, acena Singer (1998, p.11), o movimento anticapitalista está, em um certo sentido, de volta ao seu ponto de partida. Na primeira metade do século XIX, na Grã-Bretanha, uma das principais lutas anticapitalistas era pela limitação legal da jornada de trabalho. Hoje, situa-a Singer (1998, p.111) como sendo também travada pela redução da jornada de trabalho abaixo das 40 horas semanais, o que vem polarizando o movimento operário, uma vez que o desemprego e a precarização do trabalho se agravam de forma crescente, e o aumento da informalização do trabalho torna o efeito da redução do tempo legal limitada, uma vez que vem aumentando o número de pessoas que são obrigadas a ganhar a vida sem gozar da proteção da legislação trabalhista. As lutas do movimento operário hoje têm de ser refeitas, diferentes de como foram no século XIX, embora ainda uma luta em torno da redução da jornada de trabalho, compara Singer (1998, p.11), porque aqui elas foram alicerçadas em relações de trabalho que a “nova revolução industrial e o neoliberalismo” vem destruindo, trata-se, assim da luta pela devolução efetiva de direitos políticos já conquistados.

Outra generalização possível, em vista da história do movimento anticapitalista, é a formação de sindicatos e cooperativas que funcionem, explica Singer (1998, p.112), como uma espécie de “implantes socialista nos interstícios do capitalismo”. No século XIX, tanto sindicatos como cooperativas surgem na Grã-Bretanha como instrumentos para a construção do socialismo “aqui e agora” e a sua derrota leva o movimento operário a se reformular adaptando-se à hegemonia do capital e “passando a tentar transformá-lo a partir de dentro”. Como exemplo vitorioso, Singer (1998, p.112-113) cita a história da cooperativa dos Pioneiros de Rochdale, a qual demonstra que o modo de produção capitalista apresenta brechas que podem ser aproveitadas para desenvolver atividades econômicas regidas por princípios diferentes dos que vigoram na sociedade capitalista e por isso, devem ser denominados de “socialistas”. Outra lição da experiência dos Pioneiros de Rochdale, visualiza Singer (1998, p.112-13 e 2003, p.119-21), é que não se faz necessário isolar-se da economia dominante para desenvolver formas socialistas de produção e de distribuição, como supunha Owen com as “aldeias cooperativas” as quais deveriam ser auto-suficientes para não serem contaminadas pelo ambiente capitalista. Desta forma,

as instituições anticapitalistas impostas ou construídas pela classe operária, podem ser consideradas sementes socialistas plantadas nos poros do modo de produção capitalista. Sementes que às vezes germinam e às vezes sucumbem às novas revoluções industriais produzidas pelo capital. Resta examinar que consequências seu eventual desenvolvimento poderia produzir (SINGER, 1998, p.114).

As transformações históricas que ocorreram para que a reinvenção da Economia Solidária se efetivasse foram: 1) a dissolução do “socialismo realmente existente” na União Soviética, em que fica claro que através do planejamento centralizado não se “constrói uma sociedade que tenha

qualquer semelhança com o que sempre se entendeu que fosse socialismo ou comunismo”. 2) o “semifracasso dos governos e partidos social-democratas”, principalmente na Europa e também, na América Latina. “Os social-democratas não conseguiram muito mais do que atenuar os excessos do neoliberalismo e preservar mal as instituições básicas do Estado do Bem-Estar Social” (SINGER, 2002a, p.111-12).

Estas duas transformações,

subverteram a concepção (até então amplamente dominante) de que o caminho da emancipação passa necessariamente pela tomada do poder de Estado. O foco dos movimentos emancipatórios voltou-se então cada vez mais para a sociedade civil: multiplicaram-se as organizações não-governamentais (ONGs) e movimentos de libertação cuja atuação visa preservar o meio ambiente natural, a biodiversidade, o resgate da dignidade humana de grupos oprimidos e discriminados (de que o zapatismo mexicano talvez seja o paradigma) e a promoção de comunidades que por sua própria iniciativa e empenho melhoram suas condições de vida, renovam suas tradições culturais etc. (SINGER, 2002a, p.112).

É neste contexto, para Singer (1998, 2002a, 2002b), que a Economia Solidária é reinventada.

O programa da Economia Solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante. O avanço da Economia Solidária não prescinde inteiramente do apoio do Estado e do fundo público, sobretudo para o resgate de comunidades miseráveis, destituídas do mínimo de recursos que permita encetar algum processo de auto-emancipação. Mas, para uma ampla faixa da população, construir uma Economia Solidária depende primordialmente dela mesma, de sua disposição de aprender e experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade, da democracia e de sua disposição de seguir estes princípios na vida cotidiana etc. (SINGER, 2002a, p.112).

À medida que o modo de produção capitalista encontra elementos novos, como a ampliação de sua escala por todo o planeta, a Economia Solidária recua. Singer explica esse recuo observando que ao longo dos séculos XIX e XX o movimento operário foi conquistando direitos para os assalariados e o padrão de vida dos trabalhadores foi melhorando significativamente. Este avanço acentuou-se após a Segunda Guerra Mundial e acabou por debilitar “a crítica à alienação que o assalariamento impõe ao trabalhador. Em vez de lutar contra o assalariamento e procurar uma alternativa emancipatória ao mesmo, o movimento operário passou a defender os direitos conquistados e sua ampliação” (SINGER, 2002a, p.109).

No final da década de 1970, com o retorno do desemprego em massa, isso muda radicalmente. Grande parte da produção industrial mundial transferiu-se para países em que as conquistas do movimento operário nunca se realizaram, levando a desindustrialização dos países centrais e até mesmo de países semi-desenvolvidos como o Brasil, causando exclusão de trabalhadores. Ter um emprego no qual seja possível gozar de direitos legais e fazer carreira passou a ser privilégio de uma minoria o que levou, também a um debilitamento do movimento sindical, em vista da perda de sua base social. Os trabalhadores empregados viram-se obrigados a aceitar a “flexibilização” de seus direitos e a redução de salários (Singer, 2002a, p.110).

Destas questões, ressurge, com maior força, a Economia Solidária na maioria dos países. A bem da verdade, esclarece Singer (2002a, p.110-11), ela foi reinventada.

Há indícios da criação em número cada vez maior de novas cooperativas e formas análogas de produção associada em muitos países. *O que distingue este “novo cooperativismo” é a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento.* Essa mudança está em sintonia com outras transformações contextuais que atingiram de forma profunda os movimentos políticos de esquerda (SINGER, 2002a, p.111).

Essa volta, para Singer (2003, p.123), significa o retorno aos princípios, isto é, a “valorização da democracia e da igualdade no campo da produção, distribuição e de intermediação financeira”.

O conceito de Economia Solidária, sintetiza Singer (2003, p.116), é um conceito amplamente utilizado, com acepções variadas, mas todas giram em torno da idéia de solidariedade, em contraposição ao individualismo característico do modo de produção capitalista. Esse conceito refere-se a diversas organizações de produtores, consumidores, poupadores, etc. que se distinguem quando, “ a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos”.

E o conceito de autogestão é visto como “a mais completa igualdade de direitos de todos os membros deve reinar nas organizações da Economia Solidária” (SINGER, 2003, p.116).

A Economia Solidária ressurge assim como modo de produção e distribuição alternativo ao modo capitalista de produção “criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A Economia Solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo)” (SINGER, 2000a, p.13).

Esta socialização, explica o autor (2000a, p.13), ocorre no capitalismo “na medida em que o progresso técnico cria sistemas que só podem ser operados por um grande número de pessoas, agindo coordenadamente, ou seja, *cooperando entre si*”.

O modo solidário de produção, esclarece Singer (idem), “parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. Mas, na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos”. Sua unidade típica é a cooperativa de produção. Os princípios organizativos das cooperativas de produção são: posse coletiva dos meios de produção; negação da separação entre trabalho e meios de produção; gestão democrática; todos têm o mesmo poder de decisão; são, em geral, administradas por sócios eleitos para a função e se pautam em diretrizes aprovadas em assembleias gerais, ou quando a empresa é muito grande, em conselhos de delegados eleitos por todos os trabalhadores; é basicamente dos trabalhadores que apenas secundariamente são seus proprietários, por isso a finalidade não é a maximização de lucros, mas quantidade e qualidade

do trabalho; repartição da receita líquida por critérios aprovados entre todos; destinação do excedente anual (as “sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperadores. A empresa solidária não auferir lucros porque nenhuma parte de sua receita é distribuída em proporção às cotas de capital; a cota básica do capital cooperador não é remunerada, e somas adicionais emprestadas à cooperativa rendem a menor taxa de juros do mercado (SINGER, 2000a, p.13; 2002b, p.83-4). Estes são os pressupostos norteadores da Economia Solidária, explica Singer (2002b, p.83), que vêm desde a sua estruturação no século XIX, e além de a qualificarem como solidária estabelecem a diferença com a economia capitalista e norteiam a prática da autogestão.

Contribuição crítica à Economia Solidária

Com a desagregação da União Soviética e o “refluxo momentâneo dos projetos socialistas” ao mesmo tempo em que “partidos de diversos matizes de centro-esquerda (...) demonstraram não possuir projetos alternativos concretos” (GERMER, 2005) no final dos anos de 1980 e início dos anos 1990, e à medida que os homens desvalorizados pelo modo de produção capitalista buscam efetivar-se como seres vivos, os homens produtores diretos têm de reiniciar sua luta, e ao fazê-lo o fazem sem nenhum *a priori*, têm de fazê-la de alguma forma, mas começar por onde? Inicia-se o processo pela produção, isto é, para reproduzirem-se como seres biológicos. A Economia Solidária aparece como uma das formas possíveis de ser implementada para que esses homens reproduzam-se e mantenham-se como seres existentes.

É desta forma que a solidariedade aparece como um nexo possível, como forma transitória de implementar a vida dos produtores diretos desvalorizados, em luta pela superação de sua condição existente, tecendo-se para além das condições dadas pelo capital. Como os homens produtores diretos não mais conseguem fazer-se força produtiva para o capital, a Economia Solidária é um experimento possível de produção de suas existências, ainda que nos marcos do capital.

Singer (2002b, p.83), ao recuperar esses experimentos, percebe como se deu a “invenção” da Economia Solidária no início do século XIX: como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão “desregulamentada” das máquinas-ferramenta e do motor a vapor. Para ele a Economia Solidária vem organizando-se como um modo de produção alternativo. Ao explicar a Economia Solidária como um novo modo de produção, Singer perde a concepção histórica como universalidade de como o capitalismo, contraditoriamente, afirma-se e engendra sua superação.

A questão que se evidencia na análise de Singer com relação ao contexto de maturação do capitalismo, em torno do ano de 1825, na Inglaterra, que se exprime nas subseqüentes e históricas lutas anticapitalistas, é: não estará convertendo em explicação justamente o que precisa ser explicado? Isto é, se o capitalismo é o modo de produção que vem se desenvolvendo

degenerativamente, é este *processo histórico* no qual os homens se fazem em alternativas concretas que deve ser apreendido e explicado, enquanto novo nível de consciência dos homens no qual se explicita a alienação.

Para Singer, um “novo modo de produção” foi sendo construído em conjunto com o modo de produção capitalista, pelos produtores diretos, à medida que estes se vêem ameaçados em sua condição de homens viventes.

As lutas anticapitalistas se fazem universais ao longo da história do modo de produção capitalista, análise precisa de Paul Singer, pois as categorias empíricas burguesas, dentro de seus termos, não dão mais conta de reproduzir a vida dos homens produtores diretos, os quais lutam alternativamente por se efetivarem como seres viventes. Porém, tais lutas, têm de ser apreendidas em sua totalidade e em sua singularidade. Singer, que reconhece a positividade do desenvolvimento das forças produtivas, engendradas pelo capitalismo como forças universais e históricas, bem como o caráter universal das lutas anticapitalistas dos homens, surpreende-nos por não explicitar a universalidade em que são tecidas e o movimento histórico no qual vêm sendo construídas. Ou seja, Singer destaca o desenvolvimento das forças produtivas sem as considerar pressupostos das lutas políticas. Vê as cooperativas como “novo modo de produção” brotando dos homens produtores diretos e não como decorrência da transmutação do trabalho individual em social, de como a passagem do trabalho individual em social engendra também a luta política.

Em sua totalidade, as lutas são o fazer pertinente em cada época e em cada lugar, na forma que se coloca possível aos homens a “efetivação unitária das condições dadas, [...] o que conecta o espaço e o tempo, constituindo, assim, a totalidade e a universalidade sociais. O espaço enquanto totalidade e a universalidade enquanto tempo são, pois, expressões da atividade da geração vivente” (AUED, 2004, p.10).

Em o mundo real apresentando-se como degenerativo aos homens produtores diretos, estes tomam consciência de seu estado e lutam para superar aquelas condições que impõem obstáculos à sua produção e reprodução, como seres viventes. Assim, no modo de produção capitalista, a luta de classes vai sendo implementada em vários níveis e em diversos lugares.

Para Singer, há vários modos de produção, entre eles configuram-se o capitalista, o da “produção simples de mercadorias” e o da “Economia Solidária”. Ao explicitar que “vários modos de produção” diferenciados articulam-se em um todo, o autor não entende o modo de produção capitalista como um espaço transitório em superação que engendra em si mesmo a sua abolição e os elementos capazes de anunciar uma sociedade de novo tipo (a sociedade comunista) ao gerar uma base material superior a todas as sociedades até então existentes, ao produzir a miséria humana e colocar uma imensa massa de riqueza confrontando-se com os homens produtores diretos, desvalorizados ao seu extremo.

Ao priorizar a concepção de que já neste mundo do capital, a luta dos homens produtores diretos constitui-se como um “novo modo de produção”, sem a existência de uma teleologia que conecte esses homens para além da universalidade capitalista, enquanto “produtores livremente associados” e que “planejam conscientemente sua produção” e a fazem para produzir a si mesmos e não mais para valorizar o valor, Singer desvincula os homens produtores diretos da luta que os homens desvalorizados tecem, a cada momento da história, para se manterem como seres vivos. Em Singer, a luta dos homens coloca-se como uma luta entre modos de produção em que o modo de produção solidário busca subsumir o modo de produção capitalista, derrotando-o, através de uma maior *eficiência econômica*, uma vez que este último utiliza-se da *autogestão* como fator produtivo.

Para Singer, na Economia Solidária, as organizações, cujo protótipo são as cooperativas, a propriedade é coletiva: “abolição da dicotomia entre trabalho e capital”; embora coletiva, não se faz ainda em social, ou seja, não se universaliza para todos os homens. A angústia de Singer é encontrar uma resposta para esta questão: não se universaliza por quê? Se é “um novo modo de produção” superior ao capitalismo, se a *autogestão* como fator produtivo é superior à exploração do trabalho, por que não se universaliza? Embora não em termos “estritamente econômicos, mas em melhor qualidade e preço” (SINGER, 2002a, p.114-115). Então, evidencia-se para ele que a Economia Solidária só se universalizará pela crise do próprio capital, ou pela “conscientização” de todos que este “novo modo de produção” é superior ao capitalista. Como não são formas transitórias, para Singer, mas pontos de chegada, o ideal a ser atingido, é preciso ocorrer uma conscientização nos homens produtores diretos para então aderirem “livremente” à Economia Solidária, ou serão jogados a ela pela crise do modo de produção capitalista. Essa conscientização se constituirá à medida que os homens produtores diretos participem de lutas anticapitalistas e também pratiquem a autogestão. Mas nada garante que isso ocorra, uma vez que pode ocorrer que o capitalismo encontre um novo caminho, como já o fez, e esse “novo modo de produção” pereça novamente.

Como em Singer, as cooperativas são o ideal a ser atingido, nada há para além delas, a não ser a sua ampliação. Em nossa apreensão, as cooperativas, na construção histórica do homem humanizando a si mesmo, são ainda um dos primeiros pontos de ruptura, transitórios na superação das “cracas” do capital, indicando um mundo de possibilidades abertas à luta dos homens produtores diretos num contexto em que os homens trabalhadores diretos não mais conseguem se valorizar como força produtiva ao capital e não está posto a eles o retorno às formas passadas de produção da vida. Resta-lhes a construção de uma outra forma que lhes permita uma condição de existência adequada, que seja capaz de os homens nela viver para além das condições dos animais (AUED, 2005, p.23).

Marx (1991, p.509) referindo-se às “sociedades por ações” e às “fábricas das cooperativas de trabalhadores”, ainda no interior do modo de produção capitalista, explica-as como:

a primeira ruptura da velha forma, embora naturalmente, em sua organização efetiva, por toda parte reproduzam e tenham de reproduzir todos os defeitos do sistema capitalista. Mas, dentro delas suprimiu-se a oposição entre capital e trabalho, embora ainda na forma apenas em que são os trabalhadores como associação os capitalistas deles mesmos, isto é, aplicam os meios de produção para explorar o próprio trabalho. Elas mostram como, em certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e das formas sociais de produção correspondentes, novo modo de produção naturalmente desponta e se desenvolve partindo do antigo. Sem o sistema fabril oriundo do modo capitalista de produção, não poderia desenvolver-se a cooperativa industrial dos trabalhadores, e tampouco o poderia sem o sistema de crédito derivado desse modo de produção. Esse sistema, que constitui a base principal para a transformação progressiva das empresas capitalistas privadas em sociedades capitalistas por ações, também proporciona os meios para a expansão progressiva das empresas cooperativas em escala mais ou menos nacional.

Assim, tanto as “sociedades por ações” como as “fábricas cooperativas dos trabalhadores” formam-se com um certo nível de desenvolvimento do próprio modo de produção capitalista como formas transitórias que evidenciam a sua negação e, por conseguinte, a sua superação como modo de produção da existência humana, fato este não assimilado por Paul Singer, na sua concepção das lutas anticapitalistas.

Para Marx (1991, p.509), “tanto as empresas capitalistas por ações quanto as cooperativas industriais dos trabalhadores devem ser consideradas formas de transição entre o modo capitalista de produção e o modo associado”. Entretanto, entre elas há uma diferença essencial, “num caso, a contradição é superada negativamente e, no outro de maneira positiva”.

Marx concebe como uma das características mais relevantes das “fábricas cooperativas de trabalhadores” o fato de demonstrarem, pela primeira vez, que os homens produtores diretos podem assumir o controle da produção, tendo como base o avanço das forças produtivas em sua mais elevada escala.

No “Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores” Marx (s/d, p.313-21) analisa as revoluções da classe trabalhadora ocorridas entre 1848 e 1864, tanto suas derrotas em que “todas as organizações e publicações partidárias do operariado do Continente foram esmagadas com o punho de ferro da força” (p.318) como os avanços às lutas da classe trabalhadora. Entre esses avanços, Marx situa as “fábricas cooperativas” ressaltando sua positividade, ou seja, na produção cooperativa realizada sob os avanços das forças produtivas, os trabalhadores podiam assumir o controle da produção, revelando o caráter transitório do trabalho assalariado.

Mas o futuro nos reservava uma vitória ainda maior da economia política do operariado sobre a economia política dos proprietários. Referimo-nos ao movimento cooperativo, principalmente às fábricas cooperativas levantadas pelos esforços desajustados de alguns *hands* [mãos, significa também operários, N. do T.] audazes. O valor dessas grandes experiências sociais não pode ser superestimado. Pela ação, ao invés de por palavras, demonstraram que a produção em larga escala e de acordo com os preceitos da ciência moderna, pode ser realizada sem a existência de uma classe de patrões que utilizam o trabalho da classe dos assalariados; que, para produzir, os meios de trabalho não precisam ser monopolizados, servindo como um meio de dominação e de exploração contra o próprio operário; e que, assim como o trabalho escravo, assim como o trabalho servil, o trabalho assalariado é apenas uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer diante do trabalho associado que cumpre a sua tarefa, com gosto, com entusiasmo e alegria (MARX, s/d, p.319).

Entretanto, embora observando a positividade das “fábricas cooperativas”, Marx, ao contrário de Singer, não as situa como um “novo modo de produção”, mas como situadas no próprio modo de produção capitalista onde novos elementos se manifestam como mudanças qualitativas, no seu interior, assinalando a sua forma transitória. O próprio modo de produção capitalista transmuta-se em formas que ainda não se configuram em formas novas, mas que não são inteiramente velhas. Isto é, no próprio modo de produção capitalista, o novo vai se fazendo ainda que plasmado pelo velho. As “fábricas cooperativas” para Marx são exemplos da própria contraditoriedade do modo de produção capitalista. Em vista disto é que elas não podem ser analisadas isoladamente, mas como expressão do próprio modo de produção capitalista que engendra, dentro de si, elementos que o negam e que indicam possibilidades de sua transmutação em outro modo de produção. Isso permite analisar as “fábricas cooperativas” e as “sociedades por ações” em conjunto, como nexos de uma mesma universalidade, ambas demonstrando empiricamente a desnecessidade da classe capitalista como elemento necessário à produção material da existência humana. Porque tanto uma como a outra explicitam que a produção pode ser efetivada tão-somente pelos produtores diretos e que o monopólio privado da riqueza é elemento de exploração de uns homens sobre outros.

Singer assinala o fato de no interior da Economia Solidária aparecer a “abolição da dicotomia entre capital e trabalho”. Marx (1991, p.509) vai na mesma direção, entretanto, ele explicita que isso se efetiva ainda no próprio modo de produção capitalista, “embora na forma em que são os trabalhadores como associação os capitalistas deles mesmos, isto é, aplicam os meios de produção para explorar o próprio trabalho”. Assim, Marx não situa os experimentos à sua época vividos como uma efetividade de um “novo modo de produção” “aqui e agora”, conforme aponta Singer.

Para Marx, tanto as “sociedades por ações” como as “fábricas cooperativas” assinalam a separação em relação ao “capitalista operante” (o gerenciador da produção) da propriedade privada (tão-somente jurídica) dos meios de produção. Ambas são geridas por membros indicados pelos proprietários coletivos, evidenciando a superação da propriedade privada individual pela social, no interior do próprio modo de produção capitalista.

Na transubstanciação da propriedade individual em propriedade social é que aparecem as “sociedades por ações” e as “fábricas das cooperativas de trabalhadores”. Tanto o surgimento das cooperativas como das sociedades por ações emergem como produtos históricos de um grau de desenvolvimento das forças produtivas do modo de produção capitalista, como “resultado do desenvolvimento máximo da produção capitalista”, e não como uma ação consciente e da vontade da luta dos homens trabalhadores, produtores diretos, como aponta Singer. Conforme explicitado por Marx, (1991, p.505)

Este resultado do desenvolvimento máximo da produção capitalista é uma fase transitória que levará o capital necessariamente a reverter à propriedade dos produtores não mais, porém, como propriedade privada de produtores individuais e sim como propriedade dos produtores na qualidade de associados, propriedade diretamente social. Nesta fase transitória todas as funções do processo de reprodução ainda ligadas até agora à propriedade do capital se transformam em simples funções dos produtores associados, em funções sociais.

Manifesta-se, assim, uma “fase transitória” advinda do próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista, negando-o, evidenciando uma “fase de transição para nova forma de produção”, na qual a propriedade privada será convertida em “propriedade dos produtores na qualidade de associados” (MARX, 1991, p.507).

Isso ocorre como processo histórico, considerando que no modo de produção capitalista, em um primeiro momento “com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, que só podem viver se encontram trabalho, e só encontram trabalho na medida em que este aumenta o capital” (MARX, 1988, p.86).

Outro aspecto intrínseco a esse processo histórico, tendo a cooperação entre os homens como elemento base, sob o qual o modo de produção capitalista “ergue-se sob os seus próprios pés”, prescinde dos produtores diretos. Constitui-se primeiro como manufatura, depois como grande indústria moderna, hoje como *sistema de laboratório* (Campana, 2006). Destrói todas as formas de produção vinculadas à subjetividade humana, à medida que materializa sua objetividade como força produtiva, apropriada privadamente, pelos capitalistas.

À medida que o modo de produção capitalista historicamente se processa, centralizam-se capitais, em vista da crescente concorrência entre os capitalistas que se manifesta na constante elevação da composição orgânica do capital, de modo que os próprios capitalistas passam a expropriar seus congêneres. Assim, a propriedade individual transmuta-se também em propriedade social. Essa transmutação não se evidencia na análise de Paul Singer. Marx a aponta como,

a expropriação agora vai além dos produtores diretos, estendendo-se aos próprios capitalistas pequenos e médios. Ela é o ponto de partida do modo capitalista de produção, que tem por objetivo efetuar-la e, em última instância, expropriar todos os indivíduos dos meios de produção. Estes meios, com o desenvolvimento da produção social, cessam de ser meios e produtos da produção privada, só podendo ser meios de produção em poder dos produtores associados, por conseguinte, propriedade social deles, como deles já são produto social. (MARX, 1991, p.508)

O moderno sistema de crédito tem aqui papel fundamental na medida em que desenvolve as sociedades por ações, proporcionando uma “expansão imensa da escala de produção e das empresas, impossível de ser atingida por capitais isolados” (Idem); o capital, por sua própria natureza, é produção social e supõe a concentração social dos meios de produção e das forças de trabalho, assumindo

diretamente a forma de capital social (capital de indivíduos diretamente associados) em oposição ao capital privado, e as empresas passam a ser sociais em contraste com as empresas privadas. É a abolição do capital como propriedade privada dentro dos limites do próprio modo capitalista de produção. (MARX, 1991, p.508)

Assim é que o processo histórico da constituição do modo de produção capitalista é a negação do capital como propriedade privada individual constituindo-se em propriedade social. De tal forma que o capitalista ativo, operante, transforma-se, “em mero dirigente, administrador de capital alheio, e dos proprietários de capital em puros proprietários, simples capitalistas financeiros” (p.505).

Separam-se, pois, na produção, o “capitalista operante” e o “capitalista financeiro”, isto é, ocorre uma ossificação, uma autonomização. O capital que já havia separado o capitalista do trabalhador, separa agora o capitalista do próprio capitalista. Aparece assim, uma relação entre o “capitalista prestador” e o “capitalista operante”, estabelecendo entre eles um nexu puramente jurídico, em que a relação econômica desaparece, elevando-se a escala da alienação humana e sua superação. O juro, produto da produção capitalista que já tem como dado a separação do capitalista em duas categorias, como proprietário jurídico e como proprietário econômico, faz com que, aparentemente, desapareça, no juro, a relação entre o capital constante, o capital variável e a mais-valia. Aparece como se fosse somente uma relação jurídica entre capitalistas e não uma relação entre classes sociais, entre os capitalistas e os trabalhadores (MARX, 1974a).

É nesta forma do capital, no capital a juros, que se completa o fetiche como capital, isto é, é o espaço no qual a alienação é elevada ao seu mais alto grau e por isso mesmo à sua superação. O espaço que aparece é “de um valor que valoriza a si mesmo, de um dinheiro que faz dinheiro, de sorte que, nesta forma, não traz mais o estigma de seu nascimento. A relação se completa como relação da coisa (dinheiro, mercadoria) consigo mesma” (MARX, 1974a, p.268).

Assim é que o “sistema de crédito”, constituído sob o modo capitalista de produção, “pela natureza dúplice que lhe é inerente, de um lado, desenvolve a força motriz da produção capitalista, (...) limita cada vez mais o número dos poucos que exploram a riqueza social, de outro, constitui a forma de passagem para novo modo de produção” (MARX, 1991, p.510), pois desenvolve “a estrutura vital da sociedade” em formas sociais: sociedades anônimas, cooperativas industriais, empresas estatais, fundos de pensão, etc.

Conforme frisamos, o pressuposto material de uma nova sociedade tem, necessariamente, como ponto de partida as condições dadas produzidas no e pelo modo de produção capitalista. O novo só pode nascer a partir do velho, porém no interior de suas entranhas. O novo só pode emergir a partir do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e das relações de produção também socializadas que se contrapõem ao capital individual, pois sem esse nexu, a escassez e a miséria impediriam a sua germinação.

Reafirmando o que colocamos inicialmente, a positividade da Economia Solidária advém do fato de ela estar para além daquelas formas sociais indicadas: sociedades anônimas, fundos de

pensão, etc. Conforme indicado por Marx, nas “fábricas cooperativas dos trabalhadores” demonstra-se que os homens produtores diretos podem assumir o controle da produção, indicando a “superação positiva” da propriedade privada, submetendo ao “controle consciente e planejado” a produção da riqueza e portando dos próprios homens, do ser social, ainda que subsumido ao mundo do capital em degeneração, existindo neste nexos sua forma transitória.

Em Singer, há um esforço para apreender o modo capitalista de produção em seus antagonismos sociais, entretanto sua apreensão é a da “consciência invertida”, própria do capital. A consciência é sempre a empiria descortinada pelo tempo histórico da maturidade das relações sociais, isto é, o pensamento só pode se apropriar de um fenômeno quando este está completamente desenvolvido, quando os seus elementos evidenciam-se na aparência. Parece-nos que nos experimentos de Economia Solidária, os homens produtores diretos não se vêem mais como homens burgueses, fato este que transparece nos pensadores que a ela se dedicam, inclusive em Singer. Exprime-se assim, naqueles experimentos, a alienação no seu mais alto grau. Singer descreve-os como “homens solidários”, o “novo modo de produção” já estabelecido. Apontamos que, embora não se vejam como homens burgueses, ainda não sabem no que se constituem. Essa superação histórica ainda é processo a ser construído.

O fato de Singer apelar para que os homens trabalhadores diretos adquiram consciência através da participação em movimentos emancipatórios, evidencia-o como a expressão teórica desta materialidade. Isso só pode ocorrer porque na empiria dos homens, tem-se a consciência desenvolvida mais pela sua negatividade do que pela positividade, isto é, a consciência de sua desvalorização como força produtiva ao capital e a impossibilidade de retorno a formas pregressas bem como um mundo de riqueza como produto de seu trabalho que se contrapõe a eles. Resta-lhes a vida a ser efetivada. Singer situa-a como um “novo modo de produção”, pronto, acabado.

Situamos as cooperativas como resultado histórico, formas transitórias. Assim, como essa consciência já desenvolvida na empiria pode ser apreendida? Em termos qualitativos aponta para onde? Obviamente que evidencia o limite do próprio capital.

Onde está o salto histórico para a constituição de uma sociedade superior? No modo de produção capitalista o ato teleológico dos homens está na efetivação da valorização do capital, a ampliação de sua riqueza privada. Ao fazê-lo desvaloriza os homens como trabalhadores diretos. Como modificar o conteúdo dessa teleologia burguesa? Como forma transitória que ato teleológico a Economia Solidária deveria conter para outra sociedade? Se aos homens produtores diretos, extremamente desvalorizados, só lhes resta a vida a ser efetivada, sem nenhum *a priori*, se eles têm-se rebelado contra as condições dadas e vêm tecendo lutas, neste velho modo de produção, para manter-se como ser biologicamente existente, qual teleologia poderiam seguir considerando que “a

construção da sociedade comunista-socialista não é dada pela miséria produzida pelo modo de produção capitalista”?

Entendemos que se no modo de produção capitalista o ato teleológico humano é a valorização do valor, em uma sociedade do *vir-a-ser*, esse ato será a produção consciente de seres humanos plenamente desenvolvidos, homens humanizados. Ao se construir a sociedade comunista-socialista, um de seus elementos será o próprio homem, que lhe corresponde e a define historicamente, pois a mudança está no que se busca produzir e no como produzir.

Como aos homens trabalhadores diretos só resta a vida em sociedade a ser efetivada, porque foram desprovidos historicamente de todos os demais predicados que os faziam trabalhadores e proprietários privados, o ato teleológico deverá ser a produção e reprodução de sua própria vida como seres sociais e não mais a do capital. Não está, portanto, conforme aponta Singer, no desenvolvimento das cooperativas ou no desenvolvimento do capital, mas sim em

desenvolver essas condições materiais e sociais como processo de o homem se alienar das condições de trabalhador. E, na medida em que se aliena das condições que o faz mero trabalhador, engendra, também e ao mesmo tempo, sua natureza social como materialidade (...). O homem se emancipa de sua desumanização, quando produz tudo para satisfazer as suas necessidades (o reino da abundância), para então entrar no reino da liberdade. (AUED, 2005, p.25)

Em assim se constituindo, como ato teleológico humano para efetivação de si mesmo como seres sociais, então, conforme evidencia Marx, o homem gravitará em torno de si próprio, emancipando-se. Porque para Marx (1993, p.63), “toda a emancipação constitui uma *restituição* do mundo humano e das relações humanas ao próprio homem”.

O modo de produção capitalista como processo social de produção extrai dos homens trabalhadores diretos, *trabalho excedente, mais-valia*. Marx (1974b, p.941), explica que em qualquer modo de produção, “haverá sempre, necessariamente, trabalho excedente no sentido de trabalho que excede o nível das necessidades dadas. No sistema capitalista, no sistema escravista, etc. reveste-se, entretanto, de forma antagônica e corresponde à mera ociosidade de fração da sociedade”. Tem-se assim, no modo de produção capitalista, prossegue Marx (idem):

o capital, e este é um de seus aspectos civilizadores, extorpe esse trabalho excedente de maneira e em condições que – para o desenvolvimento das forças produtivas, das relações sociais e para a criação dos elementos de uma nova estrutura superior – são mais vantajosas que as vigentes nas formas anteriores como a escravatura e a servidão.

De tal forma que,

atingir-se-á estágio em que não haverá coação para o progresso social nem o monopólio dele (abrangendo as vantagens materiais e intelectuais), coação e monopólio que um segmento da sociedade exerce às custas do outro. Ademais, o trabalho excedente cria os meios materiais e o germe de uma situação que, em forma superior da sociedade, possibilitam a esse trabalho excedente situar-se dentro de tempo mais limitado do trabalho material. (MARX, 1974b, p.941)

Para que os homens trabalhadores diretos, nos experimentos cooperativistas, no que se evidenciado com Economia Solidária, apontem para uma sociedade do *vir-a-ser*, em que elementos germinais vão sendo engendrados nas entranhas da velha sociedade, como potencialidades de uma

nova forma. É preciso uma forma na qual o homem emancipe a si mesmo e gravite ao redor de si mesmo, como seu verdadeiro sol. A chave está em que “a riqueza efetiva desta sociedade e a possibilidade de ampliar sempre o processo de reprodução depende não da duração do trabalho excedente e sim da produtividade deste e do grau de eficiência das condições de produção em que se efetua” (MARX, 1974b, p.941-42).

Para Marx (s/d a, p.212), o produto do trabalho de todos os homens produtores diretos, em uma sociedade que acaba de sair da sociedade capitalista, como fruto do trabalho coletivo, “será a **totalidade do produto social**”. Dele, porém, para a posterior repartição, é necessário deduzir: uma parte para repor os meios de produção consumidos; outra parte suplementar para ampliar a produção. E mais uma como fundo de reserva ou de seguro contra acidentes, transtornos devidos a fenômenos naturais, etc. A magnitude dessas partes será determinada de acordo como os meios e as forças materiais existentes, ressaltando que “o que não se pode fazer de modo algum é calculá-la partindo da equidade”. A parte restante do produto total servirá como meio de consumo.

Entretanto, para se chegar à repartição individual, necessário se faz ainda, deduzir: as despesas gerais de administração; despesas destinadas a satisfazer necessidades coletivas (escolas, instituições sanitárias, etc) e ainda efetuadas para a manutenção das pessoas não capacitadas para o trabalho, etc. (idem). Somente depois pode-se proceder à “repartição”, de tal forma que, a distribuição dos meios de consumo seja, em cada momento, um corolário das condições de produção (p.215).

Assim é que a Economia Solidária deveria pautar-se, pelo aumento da produtividade do trabalho, reduzindo ao mínimo o tempo de trabalho para se produzir o ser social e efetivar à repartição explicitado por Marx acima. Trata-se, assim, de uma questão estritamente material. A emancipação humana, a universalização de uma nova forma de produção da vida não pode, portanto, se pautar, conforme aponta Singer, na relação entre trabalho necessário e trabalho excedente: “que garanta somente uma qualidade de vida equivalente ao do trabalhador assalariado”. A produtividade do trabalho tem de ser suficiente para produzir o necessário e ir para além dele. Este “além dele” – “situa-se além da esfera da produção material propriamente dita” (MARX, 1974b, p.942), nele está situado o “reino do imprescindível”, onde ampliam-se as necessidades e também as forças produtivas para satisfazê-las. Neste “reino”, a liberdade posta está somente no controle “consciente e planejado” das forças produtivas, pelos “produtores livremente associados”. Esse esforço permanente dos homens sempre se constituirá no que Marx chama do “reino da necessidade”. Para além dele é que tem início o “reino genuíno da liberdade”. Assim, expressa-se Marx (1974b, p.941-42):

o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita. O selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer as necessidades, para manter e reproduzir a

vida, e o mesmo tem de fazer o civilizado, sejam quais forem a forma de sociedade e o modo de produção. Acresce, desenvolvendo-se, o reino do imprescindível. É que aumentam as necessidades, mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas para satisfazê-las. A liberdade nesse domínio só pode consistir nisto: o homem social, os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, sem deixar que ele seja a força cega que os domina; efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana. Mas, esse esforço situar-se-á sempre no reino da necessidade. Além dele começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade.

A condição material efetiva para que aconteça esse “desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho” (MARX, 1974b, p.942) até o ponto em que o trabalho assalariado será por completo eliminado como fundamento material da existência dos homens. Acena-se assim para que o tempo livre se estabeleça como princípio organizador da sociedade (AUED, 2005, p.31). Com o aumento extraordinário da produtividade do trabalho excedente (em que este deixa de ser o elemento organizador da sociedade, pela sua superação, pelo seu extremo desenvolvimento, fato este constituído ainda no modo de produção capitalista, em que o homem objetiva-se ininterruptamente em força produtiva, desenvolvendo-as como forças estranhas que o dominam) constitui-se como ser social; a alienação amplia-se em seu mais elevado grau; ao mesmo tempo, o homem liberta de si seu “ser trabalhador” ao engendrará-lo como elemento da sua materialidade externa, superando-o. Ao superá-lo humaniza-se, e a efetivação da vida humana, como “vida genérica” emerge como elemento básico.

Na medida em que as relações sociais burguesas não mais suportam o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas do trabalho social, a humanização do homem é explicitada como necessidade a ser constituída em decorrência da própria desumanização engendrada pelo modo de produção capitalista. A partir de então, a história abre suas portas para o caminhar do homem plenamente desenvolvido (AUED, 2005, p.26).

A desvalorização dos homens trabalhadores no modo de produção capitalista aparece como empiria quando: a) desnecessários como força produtiva; b) a constituição do ser social ainda que capitalista, impossibilita o retorno a formas pregressas de produção da vida; e c) aquele mundo de riqueza se confronta com sua miserabilidade. Resta-lhes lutar pela vida em sociedade, como condição mediata, reivindicando seu direito à riqueza produzida.

Como nesta sociedade as forças produtivas, o próprio homem trabalhador está materializado, exteriorizado, ao invés delas dominarem os homens, os homens “podem dominá-las, controlá-las e colocá-las à disposição da produção de valor-de-uso necessários à sua produção humanizada” (AUED, 2005, p.30). Nesse momento “estão criadas as condições para o ser social se pôr como ser independente, e criar uma sociedade onde o pressuposto da existência humana é a liberdade de sua existência humanizada” (idem). Superando o “reino da necessidade” e entrando para o “reino da liberdade”. Produzindo-se como homem humanizado, ser social plenamente desenvolvido.

Referências Bibliográficas

- AUED, Idaleto Malvezzi. Marxismo e geografia. In: ALBA, R. S. et alii. *O ensino da Geografia no novo milênio*. Chapecó: Argos, 2002. pp.13-58.
- _____. Alienação, divisão do trabalho e manufatura em Karl Marx. Trabalho apresentado como Seminário do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNESP, Araraquara (SP), dezembro de 2004.
- _____. Transcendência (aufhebung), alienação, manufatura e maquinaria em Karl Marx. Trabalho apresentado como Seminário no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNESP – Araraquara (SP), junho de 2005.
- AUED, Idaleto, CAMPANA, Samya. Uma nova formulação para transição capitalismo-comunismo: os movimentos sociais e a questão operária. Encontro da Sociedade de Economia Política Latino-americana (SEPLA), 2006.
- CAMPANA, Samya. A emancipação humana a partir da síntese histórica do desenvolvimento das forças produtivas sociais: o *sistema de laboratório*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina.
- MARX, Karl. Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. Vol.2. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d.
- _____. Crítica ao Programa de Gotha. In: MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. Vol. 2. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d a.
- _____. *A Ideologia Alemã*. Lisboa: Tempo e Presença, 1974.
- _____. O Rendimento e suas fontes: a economia vulgar. In: *Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos*. 1ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1974a.
- _____. *O Capital*. L. 3, vol.VI. São Paulo: Civilização Brasileira, 1974b.
- _____. *O Capital*. L. 3, vol.V. São Paulo: Bertrand Brasil, 1991.
- _____. A Questão Judaica. In: *Manuscritos Econômico-filosóficos*. Lisboa: edições 70, 1993.
- _____. *O Capital*. L. 1, vol.I. São Paulo: Bertrand Brasil, 1994.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. ENGELS, Friederich. *Manifesto do Partido Comunista*. 7º ed. São Paulo: Global, 1988.
- GERMER, Claus. A Economia Solidária: uma crítica com base em Marx. 2005. Anais: 4º Colóquio Marx e Engels. Centro de Estudos Marxistas (Cemarx), IFCH, Unicamp, 8 a 11 de novembro de 2005.
- GRADE, Marlene; AUED, Idaleto Malvezzi. A busca de uma nova forma do agir humano. *Textos e Debates*, UFRJ, v. 1, n. 2, p. 41-62, 2005.
- GRADE, Marlene. Fórum do Maciço do Morro da Cruz e AGRECO como espaço transitório: germinando a espacialização de relações solidárias em Santa Catarina. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.
- SINGER, Paul. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. Economia dos Setores Populares: propostas e desafios, questões debatidas. In: *Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia*. KRAYCHETE, Gabriel, et al. (Org.) Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- _____. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul. SOUZA, André Ricardo (Orgs.). *A Economia Solidária no Brasil – autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000a.
- _____. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2002a.
- _____. A recente ressurreição da Economia Solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.
- _____. Economia Solidária. In: CATTANI, Antonio David. (Org.) *A Outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.